

# Povos indígenas e Estado.

## A experiência do Acre

Marina Silva

Quando cheguei ao Senado, minha experiência se resumia a dois anos como vereadora e quatro como deputada estadual. Além disso, militava em prol dos extrativistas de castanha e borracha, os seringueiros, categoria hoje bastante próxima da luta das comunidades indígenas de meu estado. Todo o trabalho da minha vida até os 35 anos foi circunscrito ao estado do Acre. Vivi a realidade daqueles movimentos sociais pelo fato de ter nascido e vivido até os 16 anos no seringal Bagaço, às margens do rio Acre. Por isso, só fui alfabetizada com essa idade.

Tenho uma relação muito profunda com essa realidade e talvez tenha construído uma forma de traduzir politicamente essa base de vida que sedimenta toda minha atuação. Quando cheguei ao Senado, houve certa admiração – um jornalista chegou a comentar, em uma emissora de TV de grande audiência, o fato de “até uma seringueira ter sido eleita senadora”. Segundo ele, em um país que elegera Juruna, minha eleição não deveria causar estranheza. Mandeí uma cartinha educada em resposta, pondo as coisas nos devidos termos, em relação tanto a mim quanto a Juruna. Não devemos ser tratados com preconceito. Na mesma época, a TV Globo levou ao ar um episódio do “Globo Ecologia” que contava a chegada de uma seringueira ao Senado. A matéria mostrava minha caminhada no lugar onde nasci, pisando em folhas secas, e depois no tapete azul do Senado. Em seguida, havia uma fusão entre os pés no tapete azul e os pés no meio da mata. Isso me assustou um pouco. Pensei: “Meu Deus, olha o tamanho da minha responsabilidade: estou trazendo a minha mata, a minha história, para dentro desse tapete azul. O que eu vou fazer aqui?”.

Uma das primeiras coisas que me passaram pela cabeça foi que o mandato deveria ter uma característica diferente, e por isso cunhei esta frase – não sei se alguém já a disse antes: meu mandato instituiria a figura do legislador coletivo, que operaria em rede. Muitas das propostas que eu porventura apresentasse não teriam autor específico, sendo de

autoria coletiva dos segmentos que considero legítimos. Não há como ser neutro: embora me recuse a apoiar determinadas teses coletivas, dispus-me a defender outras, de determinados grupos. Essa é a compreensão que norteia meu trabalho, e nessa perspectiva acompanho uma série de projetos no Congresso. Falarei aqui dos que têm maior repercussão com relação à questão indígena, como a Convenção 169.

A Convenção já obteve parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores, mas por várias vezes surgiram medidas para protelar sua aprovação no plenário da Casa, o que é parte de uma articulação de setores do Congresso hostis às causas do meio ambiente, indígenas, dos extrativistas etc. Ao mesmo tempo, alguns parlamentares ligados a essas questões perderam seus mandados, e portanto não contamos mais com o apoio de pessoas que atuavam na defesa das comunidades indígenas e na questão do desenvolvimento sustentável. Deu-se também o fortalecimento, principalmente no Senado, da bancada da Amazônia, cuja posição é contrária a todas as discussões atuais nesse campo. Mesmo com todas essas dificuldades, parece que somos um grande bloco homogêneo, e nos acusam de querer internacionalizar a Amazônia, de usar os índios para criar um território dentro do território, enfim, discussões mais antigas que a vontade de comer. As coisas são muito difíceis, porque alguns setores estão muito articulados em torno da idéia de nos combater.

Também lutamos para levar adiante a tramitação do Estatuto do Índio, mas ainda não conseguimos que fosse enviado ao Senado. A última vitória que tivemos foi evitar que o projeto voltasse à Comissão de Assuntos Sociais. Há uma base conservadora no Senado contra essas iniciativas, e que usa aquele discurso atrasado de que qualquer iniciativa dessa natureza está associada a uma idéia ou de internacionalização, principalmente no caso da Amazônia, ou de “engessamento do desenvolvimento”. Existem iniciativas correlatas, como o projeto de lei para disciplinar o acesso aos recursos da biodiversidade, e não é de estranhar que exatamente o ponto que trata da autonomia das comunidades indígenas com relação a seus recursos genéticos e biológicos, a seu conhecimento e à remuneração de seus saberes seja o mais polêmico nas discussões, tanto com o governo quanto com os pesquisadores.

Tramita agora um projeto auxiliar que institui uma reserva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para o desenvolvimento sustentável. O projeto se destina aos estados com mais áreas de preservação ambiental, sejam elas indígenas, de preservação permanente ou reservas extrativistas. Pretendemos incluir no projeto o assentamento extrativista. Essa reserva seria constituída de 2% do montante do fundo de

participação dos estados. Roraima, o estado mais contrário ao projeto – porque está “engessado” pelas terras indígenas –, é dos que mais critica os companheiros à frente da luta de Raposa Serra do Sol, que seria beneficiada com algo entre trinta e 35 milhões para investir nessas atividades. As pessoas dizem: “Isso é muito pouco, senadora”, e afirmam que é um atraso. Para quem não tem nada, no entanto, já constitui um grande avanço. O Acre seria beneficiado com ao menos vinte milhões de reais. Nossas prioridades de tramitação no Senado, contudo, são o Estatuto do Índio e a Convenção 169, visando inclusive aos 500 anos. O movimento indígena usou de forma sábia o *slogan* “500 anos, nada a comemorar”. Reproduzo no Congresso o que os índios dizem, cito todas as suas mazelas, e digo: “Vamos lutar ao menos para ter alguma coisa a comemorar”. Isso sensibiliza uma parte dos parlamentares, e é possível que consigamos ao menos que essa discussão aconteça.

Vejamos agora algumas questões específicas, pois não conseguimos sair de nossa aldeia, de nosso terreiro, de nossa casa. Temos hoje dois lugares que poderiam ser pensados – usarei a palavra “laboratório” apenas porque não consigo encontrar outra – como espaços de experiência para essas idéias de inovação no que se refere a uma política indigenista adequada: os estados do Acre e do Amapá. Não digo isso em detrimento dos demais estados, mas para fortalecê-los. Nesses dois casos, contamos tanto com a organização local das próprias comunidades quanto com governos que apóiam inovações e propostas alternativas. Seria muito positivo se pudéssemos pensá-los como protótipos de uma alternativa ao modelo de centralização tutelar, que existe a partir de uma estrutura centralizada e não tem apoio na base local. Trabalhamos no Acre com o conceito de parceria real. Já pensamos na criação de uma Secretaria de Extrativismo e Floresta na qual seriam contempladas as demandas de desenvolvimento econômico das comunidades indígenas e dos seringueiros, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Também apresentamos programas às Secretarias de Saúde e Educação cuja novidade está tanto na forma e no conteúdo quanto no modo como estão sendo articulados, com a participação das comunidades não apenas formalmente, mas como elaboradoras e gestoras.

Não fosse a ação de órgãos como a UNI, a CPI, o CIMI e várias outras entidades que atuam na questão indígena, inclusive a própria Organização dos Povos Indígenas do Juruá (OPIJ), de caráter local, a situação das comunidades indígenas seria inimaginável. Vocês conhecem a realidade dos governos que passaram pelo Acre: o último era assassino, ladrão de madeira e de terras indígenas, e está sendo processado

pela Procuradoria Geral da República. É a partir dessa experiência acumulada e do sucesso, ainda que embrionário, nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento econômico que retomamos as bases para uma revisão das relações com o poder público, com a ação pública levada a cabo pelas organizações tanto indígenas quanto de apoio. Nessa direção, realizamos um seminário intitulado “A relação do governo com o terceiro setor”. Mesmo dentro de meu partido, há pessoas que vêm a expressão “terceiro setor” com muito preconceito. Poderíamos usar outra, mas seu conteúdo permanece inalterado. O governo não pode se apropriar das experiências e torná-las governamentais: elas são *públicas* e devem ser tratadas como tal. Devem, sim, ser apoiadas, no sentido de serem inseridas em programas maiores, de saúde, educação, desenvolvimento econômico e social etc., a fim de que não se tornem pulverizadas e tenham coerência interna e externa no contexto da economia local.

O Acre conta com a facilidade de ser um estado com apenas 10% de sua área degradada e ter somente 500 mil habitantes, dos quais boa parte provém de comunidades indígenas. Essa é uma das melhores situações em termos de demarcação de terras indígenas. Durante a campanha, perguntamos nas pesquisas qualitativas: “Como você quer o desenvolvimento do Acre?”. Cerca de 75% das pessoas entrevistadas respondiam: “Queremos que se desenvolva sem destruir a mata”. A palavra *mata* aparecia em 75% das respostas, e isso é um indicador muito importante, porque há vinte anos as pessoas queriam a mata destruída, queriam os grandes projetos de madeireiros, queriam os fazendeiros e seus bois, e várias outras coisas impingidas como se representassem o progresso. A realidade mostrou o contrário, e a idéia de etnodesenvolvimento e etnoconhecimento ganhou força. Daí o *slogan* de nosso governo: “O governo da floresta”.

A realidade do Acre é a de uma cidade no meio da floresta. Quando Conceição Tavares se referiu a Jorge Viana<sup>1</sup> como “aquele menino lá do Acre, que governa aquela ONG”, alguém disse: “Deputada, ele não é governador de ONG, é governador do estado”. E ela respondeu: “E o Acre não é uma ONG?”. O Acre tem essa especificidade porque durante muitos anos constitui-se lá um estado paralelo, por meio das organizações sociais, das ONGs, dos movimentos de trabalhadores, dos sindicatos, das cooperativas e associações. Foi esse estado paralelo que assegurou o funcionamento das instituições, e essa experiência é importante para pensar uma política que não a tutelar. O governador

<sup>1</sup> Governador do estado do Acre desde 1998.

Jorge Viana afirmou: “Vamos ver se, sem ferir nossa Constituição, conseguimos criar uma representação legítima das comunidades indígenas, para que elas possam dialogar com o governo a partir de sua representação, dentro de um fórum próprio para isso”. Não adianta ter um vereador que fale alguma coisa em nome das comunidades indígenas, um entre 16, ou um deputado entre 24, pois ele será derrotado, já que a maioria é conservadora.

A melhor forma de resolver o problema é traçar políticas diretamente com as representações escolhidas pelos indígenas. Ainda há muita dificuldade, principalmente porque são apenas seis meses de experiência, mas tomamos iniciativas que pretendemos transformar em ações legais. A questão da saúde parece ser o ponto mais importante para as comunidades indígenas. Recebi a informação de que 13 pessoas morreram de diarreia no município de Tabatinga. Essa realidade, que pode parecer pequena, é grandiosíssima na vida de pessoas que não têm acesso a políticas públicas. Por isso, esta intervenção é fundamentalmente um pedido de ajuda.

Nessa movimentação dos 500 anos, e também em função das aspirações da COIAB, da OPIJ e de várias outras organizações, gostaríamos de concretizar um projeto de apoio à formação universitária indígena. Já existem experiências na PUC de São Paulo e na Universidade do Amazonas que permitem livre acesso ao curso superior para índios que consigam terminar o 2º grau. Usei a expressão “consigam terminar” porque, como se pode ver nos textos de Nieta Lindemberg Monte<sup>2</sup>, a situação é assustadora: apenas 20% da população indígena em fase escolar recebe atendimento, da qual 1.600 pessoas na fase de 1ª a 4ª série. A partir daí, são pouquíssimas as escolas. Alguém poderia dizer: “Marina, como você fala em 3º grau se o ensino fundamental praticamente não existe nas comunidades indígenas?”. Talvez essa proposta pareça distante, mas a idéia é que ela seja um vetor, inclusive para estimular a qualificação no nível básico, fundamental.

Hoje, não há perspectiva. Trata-se apenas de fazer com que as pessoas aprendam a ler e a escrever o bastante para, doentes, saberem ler “farmácia” e comprar algum remédio. Não existe perspectiva nenhuma em relação a um processo de conhecimento mais amplo, mesmo com a luta que tivemos em relação à LDB. Por isso, mesmo sem ser especialista em educação indígena, insisto no projeto de livre acesso. Já existe um parecer técnico da Comissão de Constituição e Justiça em relação ao projeto de discriminação positiva da senadora Benedita da Silva, que

<sup>2</sup> Pedagoga especialista em educação indígena.

cria cotas para negros. Segundo a Comissão, ele é inconstitucional. Na ocasião, disse para meus assessores: “Eu quero o projeto, mesmo que os juristas digam que é inconstitucional”.

Em meu ponto de vista, não é. Os negros são tratados como parte da etnia branca, não há diferenciação. Os índios, no entanto, são considerados diferentes pela Constituição. Se existem um Estatuto do Índio, uma regra de demarcação de terras indígenas dentro da terra brasileira e mais uma série de variáveis que diferenciam os indígenas em relação ao acesso a determinados bens, por que eles são considerados iguais quando se trata de ter um benefício específico, como entrar para a universidade? O universo de índios que podem chegar até ela é muito pequeno, mesmo considerando que toda a população de 250 mil índios do país tivesse escolaridade suficiente para ingressar no 3º grau. Mas não digo isso por questões econômicas. Acho o projeto viável e apresento o desafio de encaminhá-lo coletivamente, já que ainda não está completamente estruturado.

Jô Soares fez uma brincadeira: “Senadora, vamos fazer um projeto de acesso para gordos. Vou querer um projeto para os gordos também, aí vamos *empurrar* os universitários duplamente, pois temos muito mais gordos que índios”. Brincadeiras à parte, estamos buscando uma saída jurídica para o caso pelo viés do tratamento diferenciado. Trata-se não de tutela, mas de *discriminação positiva* para os índios, algo mais que adequado, considerando os quinhentos anos de massacre, violação e cobrança: “Índio não tem competência, não sabe fazer, não sabe gerir, não sabe encaminhar”. Há justificativas sociais, culturais e mesmo jurídicas para uma proposta, desde que ela seja responsável. Eu tenho dois filhos descendentes de indígenas, já que meu marido é neto de Kaxinawá. Um deles, muito esperto, disse: “Mamãe, eu posso entrar direto na UnB?”. Eu disse: “Não senhor!”. Ele me inspirou a criar uma série de cláusulas e barreiras para esses índios “fajutos” que querem entrar na universidade sem prestar vestibular. Temos de criar mecanismos para garantir que esse acesso sirva a pessoas que fizeram a fase escolar primária nas aldeias. Durante o curso, elas teriam uma matéria obrigatória também dentro das aldeias e, após a formação, prestariam serviços à comunidade indígena.

Há uma série de coisas a construir, e é interessante que as ponhamos em debate – certamente haverá discussões, por causa do preconceito, porque as pessoas não querem uma coisa assim. Nesse debate, teremos a oportunidade de expor vários dos problemas relacionados à educação indígena, inclusive algumas posturas demagógicas que vejo no Congresso Nacional.